



O ANTISSEMITISMO NA OBRA *ORIGENS DO TOTALITARISMO*, DE HANNAH ARENDT

Isis Moraes_Zanardi*

Diego Carlos Zanella**

Resumo: O presente artigo aborda uma análise introdutória sobre o antissemitismo e o Caso Dreyfus na obra *Origens do Totalitarismo*(1951), de Hannah Arendt. Para esse intento, realizou-se uma introdução explicando o porquê de trabalhar essa temática, que ganhou ênfase por ser o início do desenvolvimento do pensamento de Arendt sobre a questão da justificativa da diferença dos judeus e dos gentios, e o impacto na vida da autora, tal como o porquê da necessidade de refletir sobre esta questão como ponto de entendimento da preocupação da autora enquanto pensadora política. A obra ganhou ênfase por não ser somente uma descrição histórica da origem do totalitarismo, mas ao mesmo tempo uma reflexão sobre os contribuintes para esse mal que ganhou força no século XX, e, juntamente, o mal que cercou esse período, transformando o homem em um ser supérfluo.

Palavras-chave: Origens do Totalitarismo. Antissemitismo. Caso Dreyfus.

Introdução

Entender as atrocidades que ocorreram no mundo nem sempre foi fácil, mesmo com guerras anteriores a Primeira Guerra Mundial, foi um dos maiores marcos catastróficos do século XX. Segundo ficou conhecido como a Segunda Guerra Mundial, quando uma ausência de reflexão tomou conta da metade do mundo, principalmente por partidos como o nazismo e o stalinismo.

O método empregado foi o terror cumulativo. Primeiro, o descuido proposital, a provação e a vergonha, quando as pessoas de compleição mais fraca morreram junto com pessoas com força e rebeldia suficiente para se matar. Depois, a pura fome, ao lado do trabalho forçado, quando morreram aos milhares, mas em momentos diferentes [...] mas reduzidos ao mínimo denominador comum da simples vida biológica, mergulhados no mais negro e fundo abismo da igualdade primal, como

* Acadêmica do 8º Semestre do Curso de Licenciatura Plena em Filosofia e Bolsista PIBID/CAPES. – UNIFRA. E-mail: zanardi.m@hotmail.com

** Professor Doutor Orientador do Centro Universitário Franciscano e Coordenador de Área do Subprojeto PIBID Filosofia. E-mail: diego.zanella@gmail.com

gado, como matéria, como coisas sem corpo nem alma, nem mesmo uma fisionomia que a morte pudesse imprimir seu selo (ARENDR, 2008, p. 227).

Esta questão teve grande impacto na vida da filósofa política alemã, de origem judia, Hannah Arendt (1906-1975). Seu maior interesse se desenvolveu no campo da política, proeminente ao se preocupar em compreender e descrever o totalitarismo e as barbáries que ocorrera, além de que era necessário explicar o que aconteceu e por que, a fim de evitar tais atrocidades no futuro.

Seguindo esse viés, tem-se que ter em mente que Arendt sofreu a perseguição por ser judia e perdeu a sua nacionalidade em 1937, conquistando-a somente como estadunidense em 1951. Sua obra *Origens do Totalitarismo* (1951). Foi um grande salto para entender-se o porquê das perseguições e se há uma justificativa para a defesa dos nazistas e do povo judeu.

Esta obra não se delimita a esclarecer pontos através de um viés histórico. Mas que deixa claro que muito antes do período da Idade Média, já havia diferenças entre os povos que se tornavam tendenciosos e tensos durante o período supracitado.

Para a realização dessa pesquisa, a metodologia visa apresentar a ideia do antissemitismo, como suporte a se compreender melhor a ideia, do totalitarismo, em sentido histórico e filosófico. Como um primeiro passo analisou-se o pensamento de Arendt, priorizando a obra, *Origens do Totalitarismo*, na qual irá se destacar a explicação que a filósofa tem sobre as influências do antissemitismo, e uma perspectiva visando às origens do mal que abalara o mundo, com voracidade em meados de 1942. Além de utilizar como suporte teórico *A era dos impérios* de Hobsbawm.

Diante disto, este trabalho tem como intuito descrever de forma breve a análise da autora sobre o antissemitismo, trazido na obra supracitada e será tratado de forma especial sobre o caso Dreyfus¹ que foi um passe para o surgimento de um totalitarismo e um ponto crucial para entender porque a França foi alvo certo deste.

1 O antissemitismo

A obra *Origens do Totalitarismo* foi publicada 1951, e é dividida em três grandes partes: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo. Com o intuito de trazer a luz uma

¹ No final do ano de 1894, Alfred Dreyfus, um oficial de artilharia de origem judaica foi acusado por processos fraudulentos conduzidos a portas fechadas, como espião em favor da Alemanha.

explicação de viés histórico e filosófico dos multifacetados fatores que consentiram que o pensamento totalitário tomasse conta da Europa em princípios e em meados do século XX.

A opinião de Arendt é que os judeus tinham uma posição especial e ao mesmo tempo estranha na Europa e que jamais foram ao todo compreendidos. E juntamente crê que o maior erro foi não ter buscado direitos políticos.

Nota-se que ao falar disso, argumenta que é no sentido de que os judeus eram favorecidos por várias cortes aristocráticas porque eles ofereciam empréstimos e financiavam muitas vezes a riqueza, a monarquia e a aristocracia. Todavia, ao fazer isto garantia privilégios, porém, não direitos políticos integrais, eram vistos assim, como um grupo separado.

Os judeus constituíam a única exceção a essa regra geral. Não formavam uma classe nem pertenciam a qualquer das classes nos países em que viviam. Como grupo não eram nem trabalhadores nem gente de classe média, nem latifundiários, nem camponeses. Sua riqueza parecia fazer deles membros da classe média, mas não participavam do seu desenvolvimento capitalista [...] (ARENDR, 2012, p. 38).

De acordo com Arendt, pelo desprovimento de poder entre as nações que compunham a Europa, a riqueza dos judeus havia se tornado insignificante,² tornando-se objeto de ódio e desprezo devido à sua falta de poder e nesse sentido, o *antisemitismo moderno*, não se confunde com o ódio ancestral judeu, de sentido religioso. O sentido então é *laico*, ligado com a questão étnica da era cristã com extensão até o fim do medievo, em que surge um impacto da filosofia judaica e da filosofia islâmica como tentativa de explicar as suas próprias existências.

Celso Lafer argumenta que entre os importantes fatores que designaram este processo de transformação, o antisemitismo moderno, constitui uma ruptura com a tradição ocidental, do mesmo tipo que outras tradições no seu conjunto assinalam para as tendências históricas do mundo contemporâneo. Isso acarretou em uma nova divisão entre os próprios judeus, que antes não participavam da vida política e social. Acabaram sendo vítimas de manifestações de intolerância que fizeram o antisemitismo um instrumento de poder, o qual acabou sendo trazido pela ilustração da Revolução Francesa (LAFER, 1979, p. 39ss).

² Após a chegada da Revolução Francesa, alteraram de forma brusca as condições políticas e teve o surgimento dos Estados-nações, cujas transações comerciais necessitavam de muito mais capital de giro e crédito de que jamais dispuseram os judeus da corte. Ocorrido isso, os judeus começam a perder seus lugares para homens de negócios de mentalidade imperialista e sua importância como um grupo significativo começou a declinar.

Como fornecedores em tempos de guerra, mesmo permanecendo servos de reis, não participavam dos conflitos, o que levou diretamente a uma ideia de um grupo com características internacionais, ou seja, sua importância manteve-se em fomentar guerras.

A importância dos judeus era valiosa na guerra, na medida em que, usados como elementos não nacionais, asseguravam a possibilidade de paz, mas quando as guerras tomaram um viés ideológico, visou à completa aniquilação do inimigo. Os judeus deixaram de ser úteis e passaram a ser perseguidos e a sua existência coletiva destruída, o que não significava diretamente o extermínio físico dos judeus.

Todos estavam preocupados com o equilíbrio de poder na Europa e buscavam, naturalmente, mudar esse equilíbrio em favor de seus respectivos países, porém, conforme Arendt

E todos os povos europeus, os judeus eram os únicos sem Estado próprio e, precisamente por isso, haviam aspirado tanto, e tanto se prestavam, a alianças entre governos e Estados, independentemente do que esses governos e Estados representassem (ARENDR, 2012, p. 51).

Isso significa que os judeus ignoravam completamente a tensão crescente entre o Estado e a sociedade, sendo estes os últimos a perceber as circunstâncias que os arrastavam para o centro do conflito, nunca, portanto, sabendo avaliar o antissemitismo e perceber quando ocorreu a discriminação e começou a se tornar um argumento político. Assim;

A perspectiva de Hannah Arendt, talvez a primeira a estabelecer uma distinção fundamental entre o antissemitismo pré – totalitário e o antissemitismo totalitário, a teoria de bode expiatório, implica simultaneamente a total contingência da “escolha” dos judeus como vítimas, e a sua total inocência. Recusá-la, significa no fundo, uma recusa da causalidade em história (VICENTE, 2013, p.146).

De modo especial, tomou-se como evidência o caso Dreyfus, que para Arendt deixou claro as implicações políticas diante dos judeus. A sociedade aristocrática aparentou estar desaparecida, porém estava permeado em todo o corpo social e tinha suas ramificações em toda a Europa, com um forte potencial na França. No final do ano de 1894, Alfred Dreyfus, um oficial do Estado-maior do exército francês de origem judaica.

Acusado por processos fraudulentos conduzidos a portas fechadas, acusado como espião em favor da Alemanha, tratando de uma carta supostamente escrita por ele, endereçada a um ardiloso militar alemão chamado Schwartzkoppen. Todavia, o mesmo era inocente, pois a acusação foi baseada em documentos falsos, que na verdade haviam sido escritos por um

jornalista inglês. Em junho de 1894, o Tribunal de Apelação anulou a sentença contra Dreyfus.

De acordo com Arendt, a doutrina de igualdade perante a lei estava ainda tão firmemente implantada na consciência do mundo civilizado que um erro da justiça provocaria a indignação pública. O mal acusado a um único oficial judeu na França pode provocar no resto do mundo reações mais veementes do que todas as perseguições a judeus alemães uma geração depois.

O Caso Dreyfus, em suas implicações políticas, pôde sobreviver porque dois de seus elementos cresceram em importância no decorrer do século XX. O primeiro foi o ódio aos judeus; o segundo, a desconfiança geral para com a república, o Parlamento e a máquina do Estado (ARENDR, 2012, p. 143).

Com esse acontecimento, surgiu a campanha pelos *antidreyfusards*³ que mobilizou contra os judeus *apátridas*,⁴ com uma violência que antecipou o que iria ocorrer na Alemanha nazista.

Sem nenhum verdadeiro partidário de Dreyfus, ninguém mais acreditava que uma democracia e liberdade, tal com a igualdade e a justiça ainda pudessem ser defendidas em uma república, isso torna claro o porquê a França foi uma presa fácil para o nazismo.

[...] “o Caso Dreyfus já pertence àquela era trágica que certamente não terminou como a última guerra. O processo revela o mesmo caráter desumano, conservando, em meio ao tumulto de paixões desenfreadas e chamadas de ódio, um coração inconcebivelmente frio e empedernido.” (BERNANOS *apud* ARENDR, 2012, p.144).

O processo de Dreyfus foi mais do que um “crime” bizarro e mal resolvido, e seu julgamento foi precedido por vários incidentes que tentavam mostrar o quão resoluta e energicamente os judeus tentavam conquistar um lugar no Exército, mesmo com as hostilidades contra eles.

Ainda hoje não houve um esclarecimento maior sobre a prisão de Dreyfus se foi só um erro judicial, ou se deu lugar a uma conflagração política, e em apoio a este último Arendt, afirma que pode ter existido o fato de Dreyfus ser o primeiro judeu a galgar um posto no Estado-Maior e, nas condições que existia na época, isso não causou somente um aborrecimento, como também fomentando um ódio anti-judeu antes mesmo de ter saído o veredito final do caso (ARENDR, 2012, p.157).

³ Movimento que foi contra a defesa de Dreyfus.

⁴ O indivíduo que não é titular de qualquer nacionalidade, ou seja, não pertence a nenhuma nação.

De acordo com Arendt, a doutrina de igualdade perante a lei ainda estava tão firmemente implantada na consciência do mundo civilizado que um erro da justiça provocaria a indignação pública. O mal acusado a um único oficial judeu na França pode provocar no resto do mundo reações mais veementes do que todas as perseguições a judeus alemães uma geração depois.

O Caso Dreyfus, em suas implicações políticas, pôde sobreviver porque dois de seus elementos cresceram em importância no decorrer do século XX. O primeiro foi o ódio aos judeus; o segundo, a desconfiança geral para com a república, o Parlamento e a máquina do Estado (ARENDR, 2012, p. 143).

Diante disto, a relevância de tratar desta problemática de tipo ideal reside no fato de estar carregada de elementos que explicam a lógica das tensões geradas pelas emancipações de minorias e que prefiguram uma cristalização do totalitarismo.

Conclusão

Como podemos perceber o antissemitismo representa uma antecipação paradigmática do totalitarismo, na medida em que se apoiou em instrumentos de poder. Ao mesmo tempo, o antissemitismo de acordo, com Arendt mostrou que havia algo que cada judeu independente dos seus valores e privilégios, não era portador de direitos humanos. Ao mesmo tempo o caso Dreyfus possibilitou um movimento que “toda aquela minoria, embora lutasse como lutava pelo Parlamento, pela democracia e pela república, era também forçada a travar sua luta fora da Câmara” (ARENDR, 2012, p. 170).

Isso significa que, toda a crise do Parlamento durante a crise Dreyfus se passou fora do parlamento, porque o povo desejava que seus representantes cuidassem dos interesses peculiares de todos, em vez de funcionarem como estadistas. De certo modo o movimento que Dreyfus trouxera, acabou sendo banalizado na medida em que o parlamento tornou-se apoiador de causa. Todavia, até então era contra e havia um poder clerical de extrema força contra o movimento e principalmente contra o povo judaico, o que deixou claro a presença de um antissemitismo partindo de religiões e poderes políticos.

Pode-se concluir assim, que o período antissemita não passou de uma nova forma de poder, que deu sequência lógica para o surgimento de um totalitarismo forte e com tendências de domínio de massa, e vazio de pensamento que Arendt depois trás com força; o problema do mal na terceira parte da obra *Origens do Totalitarismo*.

Referências

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos Impérios**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Hannah Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. In: **Ensaio Filosófico**, vol. 6, 2012. p. 144-155. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/VICENTE_Jose.pdf> Acesso em: 30 jul. 2013.